



## Pátria imaginada: nacionalismo, raça e direitos humanos em “Meditação” de Gonçalves Dias

*Imagined homeland: nationalism, race and Human Rights in “Meditação” by Gonçalves Dias*

### Dossiê

Carolina Campos Pinto\*

ORCID: 0000-0001-7772-5534

E-mail: carolcp88@gmail.com

Recebido: 29/10/21

Aprovado: 07/12/21

### Resumo

No Romantismo brasileiro, o ideário indianista é frequentemente associado à tentativa de criação pelos intelectuais da época, de uma temática de cor local e nacionalista na literatura do período, assim como à conveniência de se evitar a confrontação no espaço literário com a figura do escravo de origem africana, tão presente nos cenários urbano e rural do Brasil do século XIX. Nesse contexto, o poema em prosa “Meditação”, de Gonçalves Dias, publicado parcialmente em 1850, na revista *Guanabara* e, por completo, em 1868, na compilação póstuma de sua obra literária, chama a atenção por tratar criticamente da escravidão em um momento histórico em que isso não era comum e por ter sido escrita por um dos poetas indianistas brasileiros. No presente artigo, examina-se como o autor aborda a escravidão em “Meditação”, dialogando com a obra de Alfredo Bosi, Wilton José Marques e Roberto Schwarz. O objetivo é abordar as semelhanças e diferenças de “Meditação” com a produção literária da terceira geração do Romantismo brasileiro, marcada pela preocupação social, a qual está explícita nos poemas de Castro Alves, além dos aspectos da construção da nacionalidade no texto. Espera-se construir uma hipótese sobre o esquecimento em que o texto caiu no conjunto da obra de Gonçalves Dias, bem como sobre o papel que lhe cabe atualmente no conjunto da literatura romântica brasileira.

### Palavras-chave

Romantismo. Gonçalves Dias. Escravidão. Nacionalismo.

### Abstract

In Brazilian Romanticism, the Indianist ideology is often associated with the attempt by the intellectuals of the time to create a theme of local and nationalist color in the literature of the period, as well as the convenience of avoiding confrontation in the literary space with the figure of the slave of African origin, so present in the urban and rural scenarios of 19th century Brazil. In this context, the prose poem “Meditação” by Gonçalves Dias, partially published in 1850 in the magazine *Guanabara*, and fully published in 1868, in the posthumous compilation of his literary work, draws attention for critically dealing with slavery in a moment history in which this was not common and because it was written by one of the Brazilian Indianist

\* Mestranda em Letras, Universidade Nacional de Brasília (UNB).

poets. This article examines how the author approaches slavery in “Meditação”, in dialogue with the work of Alfredo Bosi, Wilton José Marques, and Roberto Schwarz. The objective is to approach the similarities and differences of “Meditação” with the literary production of the third generation of Brazilian Romanticism, marked by social concern, which is explicit in Castro Alves’s poems, in addition to aspects of the construction of nationality in the text. We hope to build a hypothesis about the forgetfulness in which the text fell in the body of Gonçalves Dias’s work, as well as about the role that it currently has in the set of Brazilian romantic literature.

## Keywords

Romanticism. Gonçalves Dias. Slavery. Nationalism.

# 1 Nação brasileira e Romantismo

No processo de independência do Brasil com relação a Portugal, a proclamação em 1822 foi apenas o primeiro passo: durante as próximas décadas, os principais nomes da elite política e cultural do país tinham pela frente o desafiador objetivo de construir não só o Estado, mas também a nação brasileira.

Segundo Lilia Schwarcz (2008, p. 10), “mais que inventadas, nações são ‘imaginadas’, no sentido de que fazem sentido para a ‘alma’ e constituem objeto de desejos e projeções”. Para a autora, há um profundo caráter emocional no nacionalismo, que tenta “encontrar naturalidade num passado que, na maioria das vezes, além de recente não passa de uma seleção, com frequência consciente”.

Definir o que é nação é uma tarefa mais difícil do que parece à primeira vista. Há definições baseadas em critérios mais objetivos, como idioma e território, e outras baseadas em critérios marcadamente subjetivos, como “espírito” e “alma”, mas ambas apresentam problemas de não abarcar todas as situações existentes ou abrirem espaço para atitudes voluntaristas de criar novas nações a todo momento (RICUPERO, 2004, p. 5-6).

Benedict Anderson (2008, p. 32) oferece o conceito operacional de nação como “uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana”. Ela é *imaginada*, porque cria uma comunhão invisível entre seus membros; *limitada*, porque existem fronteiras que a separam de outras nações; *soberana*, porque sua legitimidade não depende de nenhuma hierarquia dinástica ou vontade divina; e, por fim, é encarada como uma *comunidade*, porque, apesar das desigualdades internas, é sempre concebida a partir da fraternidade entre seus membros.

O nacionalismo como concepção nasceu, resalta Anderson (2008, p. 88), na América bem antes que na maior parte da Europa, em razão da necessidade prática dessas populações lidarem com o aumento do controle metropolitano europeu, bem como da difusão de ideias iluministas de cunho liberal na região durante a segunda metade do século XVIII. A combinação desses dois fatores contribuiu para a criação de um sentimento de grupo entre as pessoas que residiam nas diferentes unidades administrativas das colônias, em oposição aos europeus, que passaram a ser vistos como estrangeiros.

Sendo produto da ação de homens, inevitavelmente a nação brasileira – ao menos tal como pensada no início do século XIX – leva marcas dos homens que a construíram.

Nesse contexto, a literatura ultrapassa sua função primordialmente estética para também servir também ao projeto de construção da nação brasileira. Com base em ideias trazidas principalmente da França, o Romantismo brasileiro, capitaneado em sua fase inicial por Gonçalves de

Magalhães, contribuiu para ligar a figura do índio ao imaginário popular como um dos principais símbolos nacionais brasileiros até hoje.

Considerando que os principais nomes da literatura da época eram também ligados ao poder político, alguns tendo sido patrocinados pelo imperador Dom Pedro II, percebe-se a conveniência de escolher o índio como símbolo nacional, ao invés do mestiço ou do negro, que ganhavam espaço apenas mais tarde.

Nesse contexto, é surpreendente que Gonçalves Dias, um dos principais autores românticos indianistas, tenha escrito um texto como “Meditação”, assumidamente crítico em relação ao regime escravista brasileiro e publicado parcialmente em 1850, na revista *Guanabara*, um periódico que divulgava a produção romântica da época.

O presente ensaio pretende expor as características de “Meditação” e discutir as razões da sua singularidade dentro da produção literária da primeira fase do Romantismo brasileiro, bem como de seu relativo esquecimento pela historiografia da literatura brasileira.

## 2 Gonçalves Dias e a revista *Guanabara*

Antônio Gonçalves Dias, nascido em Caxias/MA em 1823, foi um dos principais poetas românticos brasileiros, autor de alguns dos versos mais famosos da literatura nacional. Segundo Alfredo Bosi (2015, p. 109), por ser filho de um comerciante português e de uma mulher mestiça, talvez cafuza, o poeta se considerava descendente das três raças que formaram o povo brasileiro.

Na década de 1840, quando foi estudar Direito em Portugal, Gonçalves Dias teve contato com a poesia romântico-nacionalista de Almeida Garrett e Alexandre Herculano, que influenciariam a sua produção literária (BOSI, 2015, p. 109). Ainda na Europa, produziu os seus primeiros poemas que tratavam da figura do índio, além da famosa “Canção do Exílio”, em que exalta sua terra de origem.

Em 1847, quando Gonçalves Dias já tinha voltado ao Brasil, Herculano escreveu o famoso artigo “O futuro literário de Portugal e do Brasil”, publicado na *Revista Universal Lisboense*, no qual exalta o livro *Primeiros Cantos*, então recentemente lançado pelo poeta brasileiro (MARQUES, 2009, p. 210-211).

Essa consagração, vinda da Europa, ajudou a alavancar a carreira de Gonçalves Dias quando este, após voltar ao Brasil, buscou se estabelecer no Rio de Janeiro. Antes disso, o poeta teve dificuldade em arranjar uma colocação que permitisse que ele continuasse a escrever, o que o levou a desabafar, em carta a seu amigo Teófilo Dias, que “a vida de literato no Brasil é ora para quem tem dinheiro” (MARQUES, 2010, p. 39).

Apesar dessas dificuldades, anteriormente à publicação do mencionado artigo, Gonçalves Dias, com a ajuda de indicações de amigos do Maranhão, tinha conseguido obter um emprego como professor no Liceu Niterói, além de ter escrito para diferentes jornais e ingressado no Instituto Histórico e Geográfico Nacional, o que permitiu que ele se aproximasse do imperador Dom Pedro II (MARQUES, 2010, p. 42-48).

Mais tarde, já consagrado como grande poeta nacional, Gonçalves Dias se tornou professor do Colégio Pedro II e participou da fundação, juntamente com Manuel de Araújo Porto-Alegre e Joaquim Manoel de Macedo, outros nomes importantes do Romantismo brasileiro, da revista *Guanabara* em 1849, sucessor da pioneira revista *Niterói* como principal veículo divulgador nas ideias românticas no Brasil.

Foi nessa revista tão profundamente vinculada com o projeto romântico e com todas as implicações referidas no início do presente artigo que Gonçalves Dias publicou, em 1850, os três primeiros capítulos de “Meditação”, obra peculiar em que apresenta uma visão crítica da escravidão e do Brasil.

Em 1851, contudo, o poeta se desliga da revista e parte para uma missão de documentação da instrução pública nas províncias do norte do Brasil. Com relação a esse desligamento, Wilton José Marques cogita uma possível censura à publicação do texto “Meditação” na revista, uma vez que foram suprimidas partes em que o poeta critica políticos envolvidos nas lutas regenciais, ressaltando, como indício, o seguinte trecho de uma carta enviada por Gonçalves Dias ao seu amigo Teófilo Dias: “estou horrivelmente zangado com o *Guanabara*, e como não estou para maçadas provavelmente dou conta da mão no fim do semestre” (MARQUES, 2010, p. 97).

Embora se trate de uma conjectura, sem maiores indícios concretos, esse desligamento repentino da revista pode indicar uma relutância do poeta em se comprometer tão fortemente ao projeto romântico tal como articulado pela elite política brasileira.

### 3 O não tão admirado espetáculo das raças

No final do século XIX, como expõe Lilia Schwarcz (1993, p. 15), o Brasil era encarado como um país mestiço, formado por raças miscigenadas, mas apenas temporariamente, até que a depuração trazida pela seleção natural e pelas políticas de branqueamento o tornassem, quem sabe, branco.

A mestiçagem era vista por estrangeiros e naturalistas que visitavam o país como uma clara desvantagem, que deteriorava as melhores qualidades de cada uma das raças, criando, nas palavras de Louis Agassiz (2000, p. 278): “um tipo mestiço indescritível cuja energia física e mental se enfraqueceu”. O caso brasileiro deveria servir, segundo o naturalista, como uma lição para os homens de Estado de que é necessário respeitar as “leis da natureza” e, nas relações com os negros, manter “a integridade do seu tipo original” e a pureza do branco.

Embora em 1850, ano de publicação de “Meditação”, as teorias científicas raciais ainda não tivessem chegado com força ao Brasil – Lilia Schwarcz (1993, p. 17) identifica a década de 1870 como o momento de acolhida desse ideário no país – é certo que as condições para o desenvolvimento de tais ideias já estavam presentes, pois o racismo é um fenômeno sócio-histórico.

Além do contexto geral do Brasil, ressalta-se que o Gonçalves Dias estava inserido no ambiente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838, o qual, além de ligado diretamente à Corte e à figura de D. Pedro II, era composto principalmente por políticos e proprietários de terra, representantes de uma elite que tinha pouco a ganhar incentivando narrativas que contrariassem os seus interesses (SCHWARCZ, 1993, p. 114). Somente muitos anos depois, nos anos de 1930, com a teoria antropológica de Gilberto Freyre foi que a miscigenação passou a ganhar certa conotação positiva, vista como um enriquecimento cultural, tornando-se uma espécie de ideologia não-oficial do Estado (SCHWARCZ, 1993, p. 272).

Reconhecido o ambiente em que o texto de Gonçalves Dias veio a público, cabe analisar trechos específicos da obra.

## 4 A obra “Meditação”

Apesar de seus primeiros capítulos terem sido publicados apenas em 1850, Marques ressalta que “Meditação” foi escrita no início da carreira literária de Gonçalves Dias, sendo, portanto, uma obra de juventude, em que ainda estão presentes influência marcantes de outros autores, como Lamennais e Herculano (MARQUES, 2010, p. 110-111).

Na edição publicada postumamente (GONÇALVES DIAS, 1868), em que consta o texto completo de “Meditação”, a palavra “fragmento” foi reproduzida a maneira de subtítulo, dando a entender que a obra estaria inacabada.

Em síntese, o texto trata de um diálogo entre um jovem e um ancião sobre as possibilidades futuras de um país, que se supõe ser o Brasil (MARQUES, 2010, p. 163). Nesse diálogo, o ancião, que parece ter poderes sobrenaturais, faz com que o jovem veja o passado e o futuro desse país do qual tratam e ambos apresentam as suas visões sobre o que deve ser feito pelos homens que vivem lá.

No primeiro capítulo, o jovem descreve o povo que habita essa terra exuberante:

E sobre essa terra mimosa, por baixo d’essas árvores colossais – vejo milhares de homens – de fisionomias discordes, de cor vária e de caracteres diferentes.

E esses homens formam círculos concêntricos, como os que forma a pedra, caindo no meio das águas plácidas de um lago. E os que formam os círculos externos têm maneiras submissas e respeitadas, são de cor preta; – os outros, que são como um punhado de homens, formando o centro de todos os círculos, têm maneiras senhoris e arrogantes, e são de cor branca.

E os homens de cor preta têm as mãos presas em longas correntes de ferro, cujos anéis vão de uns a outros, eternos, como a maldição que passa de pais a filhos! (GONÇALVES DIAS, 1868, p. 17).

Mais adiante, no mesmo capítulo, o jovem trata das cidades, vilas e aldeias daquele lugar e apresenta a razão de encontrar casas tão mal construídas e barcos malfeitos:

Por isto o estrangeiro que chega a algum porto do vasto Império, consulta de novo a sua derrota, e observa atentamente os astros, porque julga que um vento inimigo o levou às costas d’África. E conhece, por fim, que está no Brasil, a terra da liberdade, a terra ataviada de primores, e esclarecida por um céu estrelado e magnífico!

Mas grande parte de sua população é escrava; mas a sua riqueza consiste nos escravos; mas, o sorriso, o deleite do seu comerciante, do seu agricultor e o alimento de todos os seus habitantes é comprado à custa do sangue e do suor do escravo!

E nos lábios do estrangeiro que aporta ao Brasil, desponta um sorriso irônico e despeitoso; e ele diz consigo que a terra da escravidão não poderá durar muito; porque é crente, e sabe que os homens são feitos do mesmo barro, sujeitos às mesmas dores e às mesmas necessidades. (GONÇALVES DIAS, 1868, p. 23).

Em seguida, o ancião explica ao jovem que o atraso do país decorre da escravidão, pois “o pensamento do belo e do grande é incompatível com o sentir do escravo” (GONÇALVES DIAS, 1868, p. 26).

O capítulo termina com uma visão terrível, que assombra o jovem, de um enorme colosso formado com inúmeros homens que se preparam para desferir um golpe de extermínio sobre um povo inteiro – as vítimas –, que haviam preparado o próprio sacrifício.

O segundo capítulo mostra um diálogo entre o ancião e o jovem, no qual o segundo tenta demonstrar ao primeiro que a verdade está entre “a severidade do velho e o devaneio do mancebo” (GONÇALVES DIAS, 1868, p. 43). Nesse capítulo, é interessante a reflexão que o ancião faz sobre a nação:

A nacionalidade, que é d’ela? O característico de um povo, que é d’ele?  
Não sabeis vós que a planta exótica perde o mais excelente do seu aroma, e que a roseira dos Alpes produz espinhos, plantada em vales?  
Dir-vos-hei que as nações semelham os indivíduos.  
E se milhões de indivíduos morrerem sem nome; também foram povos, cujos nomes se deliram dos anais da humanidade.  
E como existiram homens sem gênio; povos também existiram sem ele. (GONÇALVES DIAS, 1868, p. 54).

Depois, tratando com receio de uma possível revolta popular, o ancião continua:

Vós introduzistes um cisma entre o povo – iludindo-o com palavras dobradas – entusiasmando-o com lábios dolosos.  
Deste-lhes esperanças de uma néscia utopia, asseguraste-lhes direitos impossíveis de se realizarem.  
Nas trevas e em silêncio preparastes um veneno sutilíssimo com uma máscara de vidro no rosto.  
[...]  
Pois em verdade vos digo que será o primeiro escarnecido – ludibriado – e martirizado aquele que se julgar dominador por todo o tempo da sua vida.  
Porque o Senhor disse: – E se algum de vós quiser dominar os seus irmãos, tornar-se-á o último d’entre eles.  
E assim será por todo o sempre, porque a palavra do Senhor é eterna. (GONÇALVES DIAS, 1868, p. 65-66).

Após a fala do ancião, o jovem tenta contestá-la, sustentando a força desse povo do qual tratam, que é movido pelo patriotismo:

O que tu não sabes é que esse povo tem uma força, que o ampara, e que o sustenta validamente. Que essa força é o seu centro de gravidade, e que o seu centro de gravidade – é o patriotismo.  
Se alguma vez o estudaste atentamente, deverás ter observado que essa força se tem ramificado por todas as grandes divisões políticas – por todas as classes – e por todas as famílias.  
E que essa força assim ramificada e dividida avigora a todos os indivíduos, porque mais que as nossas instituições civis e políticas, a que ainda não nos acostumamos, o nervo da nossa sociedade é o patriotismo.  
Amor de pátria! – Tu o encontrarás o amor da pátria nos homens que mandam e nos homens que obedecem – naqueles dos quais por suas fazendas o governo precisa, e naqueles que por serem proprietários não dependem do governo. (GONÇALVES DIAS, 1868, p. 73).

Nesse trecho, percebe-se como Gonçalves Dias não escapa as noções de pátria e de filiação, tão características do nacionalismo, em suas mais diversas manifestações. Da mesma forma que outros autores negros a ele contemporâneos, como Delaney e Du Bois, nos Estados Unidos, Gonçalves Dias não se furta a pensar a questão racial à luz da ideia de nação.

A esse discurso ingênuo, o ancião rebate que não tem visto em parte alguma “ostentação maior de amor de pátria e da liberdade” (GONÇALVES DIAS, 1868, p. 75) e mais uma vez coloca as mãos sobre as pálpebras do jovem para levá-lo numa viagem de visões, com o que o capítulo termina.

O terceiro capítulo começa com a descrição idealizada da vida das populações indígenas antes da chegada dos portugueses, os que “chamamos civilizados” (GONÇALVES DIAS, 1868, p. 85). Em seguida, trata dos embates entre os indígenas e os portugueses, que chegaram para escravizar os nativos, bem como do longo período de decadência que abateria a nação vencedora por ter escravizado o povo vencido.

Na parte IV, o narrador observa a necessidade de ir além da força para dominar um povo, descrevendo fatos que remetem à independência do Brasil. Mais adiante, há novas passagens marcantes a respeito da escravidão, relacionadas com as decisões tomadas após a independência do Brasil:

E os homens, que se haviam congregado para perfazerem a obra da redenção, dividiram-se depois da lide em massas poderosas, não segundo a diversidade das opiniões, porém segundo a variedade das cores.

E estas grandes divisões formavam o concílio do povo, que discutia os seus interesses.

E os homens que costumam raciocinar sobre as coisas, como elas são e não como devem ser, levantaram-se e disseram:

“Os homens de cor preta devem servir, porque eles estão acostumados à servidão de tempos mui remotos, e o costume é também lei”.

E os filósofos disseram: “Os homens de cor preta devem servir, porque são os mais fracos, e é lei da natureza que o mais fraco sirva ao mais fortes.”

E os proprietários disseram: “Os homens de cor preta devem servir, porque são o melhor das nossas fortunas, e nós não havemos de as desbaratar.”

Então alevantou-se um acalorado rumorejar de vozes, e todos concordaram que a voz dos filósofos e a dos proprietários era a voz da razão e da justiça e devia ser escutada.

E os homens de cor branca também se levantaram e disseram:

“Nós constituímos a maioria da nação e somos dentre todos os mais ricos.

“Fomos nós os autores da regeneração política, e a inteligência é o nosso apanágio.

“Ora é lei da natureza que a alma governe o corpo; e que a sabedoria governe a ignorância.

“Nós então ficaremos com o poder, porque somos os mais ricos e os mais inteligentes.”

E os homens da mesma classe disseram que tinham bem falado seus irmãos, e que a sua pretensão era justa e devia ser atendida. (GONÇALVES DIAS, 1868, p. 97-99).

Essa passagem é emblemática e também remete às justificativas filosóficas e jurídicas dadas, à época, para a manutenção da escravidão. Em seguida, o narrador trata da situação dos homens mestiços e indígenas, para quem só restava ser livre e viver “na indolência e na ociosidade” (GONÇALVES DIAS, 1868, p. 99).

“Meditação” foi publicada na revista *Guanabara* apenas até esse ponto. O restante do terceiro capítulo apenas veio a público com a publicação da obra completa de Gonçalves Dias, após a sua morte.

No trecho seguinte, o jovem descreve uma mudança de visão e a contemplação de um castelo, numa cidade populosa, em que homens que “trajavam vestidos magníficos e adereçavam-se de brilhantes e joias” decidiam o destino do povo (GONÇALVES DIAS, 1868, p. 104-105). Em uma das passagens, um dos velhos faz um discurso que conclama os seus pares a cuidar somente deles mesmos, porque “a vida é breve – precário o nosso lugar – e instável a aura do povo e o favor do monarca” (GONÇALVES DIAS, 1868, p. 120).

Em seguida, outro velho conclama os demais a fomentar revoluções que somente eles poderiam resolver, “porque nós seremos necessários – e o nosso domínio se conservará ileso com o furor das turbas” (GONÇALVES DIAS, 1868, p. 124). Enquanto riam, felizes com os planos, um dos velhos questiona o que faz o rei e ouve a resposta: “O Rei dorme!” (GONÇALVES DIAS, 1868, p. 125).

Após a descrição de uma cena de violência e incêndio, o ancião volta a falar com o jovem narrador:

A vossa política é mesquinha e vergonhosa, e milagroso é o homem que sai dela limpo de mãos e de consciência.

Os Delegados da Nação, que não contam com o voto aturado e livre do povo, vendem-se impudicamente.

Porque o vosso povo, que não tem consciência, por lhe faltar a instrução, aceitará o candidato, que lhe for apresentado por um Mandarim, ou por um chefe de partido às tontas improvisado.

[...]

E o povo folga e ri no dia de sua vileza, no dia que ele devia ser soberano e impor lei aos homens que os espezinham!

E o povo folga e ri, como o escravo no dia em que o senhor, cansado de o fustigar com varas, por um momento lhe tira de diante dos olhos o ergástulo da sua ignomínia!

E os vossos homens de estado estribam-se nas revoluções como num ponto de apoio, e como as salamandras, eles querem viver no elemento que a todos asfixia.

E não pelejais por amor ao progresso, como vangloriosamente ostentais.

Porque a ordem e o progresso são inseparáveis; – e o que realizar uma obterá a outra.

Pelejais sim por amor de alguns homens, porque a vossa política não é de ideias – porém de coisas.

Pelejais, porque a vossa política está nestas duas palavras – egoísmo e loucura. (GONÇALVES DIAS, 1868, p. 129-131).

A obra termina com o desmaio do jovem com quem dialoga o ancião, diante do crescimento do incêndio que via.

## 5 Razões para a obscuridade

Tratando das razões pelas quais “Meditação” passou praticamente despercebida pela literatura romântica brasileira, Wilton José Marques, que estudou extensamente a obra e o contexto histórico da época em que ela foi publicada, levanta três possíveis razões. A primeira razão estaria relacionada com os contratempos decorrentes do aparecimento de uma epidemia de febre amarela no ano de 1850, quando os primeiros capítulos de “Meditação” foram publicados na revista *Guanabara*. Segundo relatos da época, a doença produziu um elevado número de vítimas fatais no Rio de Janeiro, o que causou até mesmo uma interrupção na circulação da *Guanabara* e levou à saída da cidade muitas pessoas que não tinham sido infectadas (MARQUES, 2010, p. 265).

A segunda razão, mais difícil de ser comprovada, poderia ser creditada, segundo Marques, “ao silêncio que, formalmente ou não, teria sido imposto aos intelectuais românticos”, uma vez que a crítica contundente feita por Gonçalves Dias tanto à escravidão, quanto à elite política da época deveria ter levantado alguma voz discordante em algum veículo da imprensa (MARQUES, 2010, p. 265).

Esclarece o autor que:



Ao que tudo indica, criticar literária e abertamente a elite ou mesmo a escravidão era algo que não fazia parte das prerrogativas temáticas reservadas ao escritor romântico, e mais notadamente ao escritor que, tutelado de perto pela política do favor, ainda dependia do Estado para sobreviver. Assim, o suposto mal-estar causado pelo texto de Gonçalves Dias foi muito provavelmente digerido em silêncio e apenas no âmbito privado, uma vez que, trazê-lo a público, através de um eventual debate pela imprensa, implicaria também uma discussão indesejada sobre os próprios valores que então norteavam a lógica excludente da sociedade brasileira oitocentista. (MARQUES, 2010, p. 265).

A política do favor, mencionada pelo autor, analisada, na crítica literária, especialmente por Roberto Schwarz com base nas obras de Machado de Assis, diz respeito à dinâmica de relações sociais destinada aos homens livres na sociedade escravocrata. Para Schwarz:

Esquemmatizando, pode-se dizer que a colonização produziu, com base no monopólio da terra, três classes de população: o latifundiário, o escravo e o “homem livre”, na verdade dependente. Entre os primeiros dois a relação é clara, é a multidão dos terceiros que nos interessa. Nem proprietários nem proletários, seu acesso à vida social e a seus bens depende materialmente do favor, indireto ou direto, de um grande. [...] O favor é, portanto, o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também outra, a dos que têm. (SCHWARZ, 1973, p. 153).

Por toda a análise que foi feita até aqui, percebe-se que Gonçalves Dias dependia do favor do imperador ou de membros da elite local para se sustentar no Rio de Janeiro, visto que não era proprietário e precisava trabalhar para sobreviver. Por esse motivo, é bastante plausível que a sua situação pessoal impedisse que ele expressasse a sua opinião sobre a escravidão com total liberdade, seja na *Guanabara*, seja em outros veículos da imprensa.

Finalmente, para Marques, uma terceira possível razão para o silêncio em torno de “Meditação” seria “a leitura reducionista que a crítica literária fez do projeto literário de Gonçalves Dias” (MARQUES, 2010, p. 266), que levou à ênfase no caráter nacionalista dos poemas que tratavam da figura do índio e da “Canção do Exílio”.

Essa última explicação, por sua vez, se relaciona com o projeto de nação articulado pela elite política brasileira no século XIX, intrinsecamente relacionado com o movimento romântico, que levou à exclusão do debate público tanto na época, quanto posteriormente, de eventuais obras destoantes.

## 6 Diferença com relação às obras posteriores do período romântico

Qualquer que seja a razão que melhor explique o esquecimento de “Meditação”, sabe-se que, alguns anos mais tarde, foram produzidas obras literárias que apresentaram uma postura crítica com relação à escravidão, cujo exemplo mais conhecido são os poemas abolicionistas de Castro Alves. Diante disso, indaga-se: o que teria permitido que essa questão fosse tratada abertamente no debate público e, no que interessa a esse trabalho, na literatura?

No ensaio *A escravidão entre dois liberalismos*, Alfredo Bosi (1992, p. 222) assinala o ano de 1868 como o marco temporal que divide a fase mais estável do Segundo Reinado e a fase de crise que culminou na Abolição e na Proclamação da República.

A primeira fase corresponde ao momento histórico que ficou conhecido como “Regresso Conservador” e começou em 1837, no final do período regencial. Os principais políticos desse momento eram apoiados por grupos de proprietários escravistas, de maneira que havia a necessidade de combinar as ideias do liberalismo econômico, que também agradavam a esses grupos, com a manutenção da escravidão. Assim, trata-se de um liberalismo com características bem peculiares, conforme explica Bosi:

A classe fundadora do Império do Brasil consolidava, portanto, as suas prerrogativas econômicas e políticas. Econômicas: comércio, produção escravista, compra de terra. Políticas: eleições indiretas e censitárias. Uma e outras devam conteúdo concreto ao seu liberalismo. Que se tornou, por extensão e diferenciação grupal, o fundo mesmo do ideário corrente nos anos 40 e 50. (BOSI, 1992, p. 200).

Essa primeira fase é caracterizada também por uma forte neutralização ideológica no discurso político, uma vez que este apenas servia para assegurar os interesses de um grupo oligárquico. Para Bosi (1992, p. 219), “não há lugar para profissões de fé ideológico-partidárias, tal é a unidade de valores subjacentes aos interesses da facção”.

Em 1868, contudo, com a demissão, por D. Pedro II, do gabinete de Zacarias de Góis, majoritário no Parlamento, há uma conjunção de forças dispersas que desejam promover reformas mais amplas e contribuem para a criação de um “novo liberalismo”, na expressão de Joaquim Nabuco (BOSI, 1992, p. 223), marcado especialmente pela mudança de postura com relação à escravidão.

A crise política abre espaço para a construção de um movimento abolicionista, formado por forças distintas, que levaria à aprovação da Lei do Ventre Livre em 1871 e, por fim, à Abolição em 1888 (BOSI, 1992, p. 223). Nessa segunda fase, há lugar para o surgimento de novas vozes também no espaço literário, especialmente para a defesa do fim da escravidão, como fez Castro Alves em “Vozes D’África” e “Navio Negreiro”.

No ensaio *Sob o Signo de Cam*, Bosi (1992) trata da mudança que ocorreu na literatura romântica:

Para esse movimento de ideias, que Joaquim Nabuco chamou de novo liberalismo, o mito do bom selvagem não tinha muito o que dizer. Era um símbolo de outros tempos, forjado pela cultura da Independência, e que só poderia sobreviver como assunto de retórica escolar. Aos olhos da nova geração, o futuro era a única dimensão a ser contemplada; e os poemas de Castro Alves diriam eloquentemente das esperanças postas no século grande e forte, segundo os epítetos do seu modelo, Victor Hugo. (BOSI, 1992, p. 246).

Essas novas ideias trazem um novo olhar para a nação brasileira, que vinha sendo construída pelos primeiros românticos, de maneira que passam a ter mais destaque os temas do trabalho, da liberdade, da cidadania e, especialmente, da crítica à escravidão.

## 7 Conclusão

Percebe-se que a “Meditação”, de Gonçalves Dias, antecipou uma temática que seria importante para os autores de outra fase do Romantismo brasileiro, na qual as preocupações sociais e abolicionistas teriam maior ressonância na sociedade.

Em 1850, quando foram publicados os primeiros capítulos de “Meditação” na revista *Guanabara*, não havia espaço político ou ideológico para a aceitação ou mesmo o debate das questões levantadas no texto, que critica contundentemente a forma como o Brasil estava sendo governado. Apenas mais tarde, houve abertura para o debate dos rumos que a nação brasileira poderia tomar – ainda que os participantes desse debate continuassem em número muito reduzido.

Além disso, mais tarde, parece ter sido conveniente para a crítica literária deixar de lado uma obra que destoava do conjunto indianista de Gonçalves Dias, visto que não se encaixava na explicação tradicionalmente dada para a produção literária daquele momento histórico.

De todo modo, numa perspectiva pós-colonial, ultrapassando os limites nacionalistas típicos do período de sua produção, o texto pode ser encarado como um exemplo de manifestação cultural da diáspora negra, um fenômeno do Atlântico Negro, como define Paul Gilroy (2001, p. 23-25) a rede de discursos das comunidades negras para além das fronteiras dos seus países de origem.

Por todo o exposto, conclui-se que “Meditação” merece ser incluída no rol de obras notáveis de Gonçalves Dias, seja por antecipar uma temática que seria relevante para autores posteriores, seja por levantar questionamentos que permanecem importantes para a compreensão da nação brasileira no século XXI, no espírito de rever antigos conceitos e preconceitos.

## Referências

- AGASSIZ, Luís; AGASSIZ, Elizabeth Gary. *Viagem ao Brasil 1865-1866*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 50. ed. São Paulo: Cultrix, 2015.
- GILROY, Paul. *O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Ed. 34, 2001.
- GONÇALVES DIAS, Antônio. *Obras Posthumas*. V. 3. São Luís: Bellarmino de Mattos, 1868. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4401>. Acesso em 3 abr. 2022.
- MARQUES, Wilton José. Alexandre Herculano, Gonçalves Dias e a teoria da história. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, São Paulo, n. 14, p. 207-225, 2009.
- MARQUES, Wilton José. *Gonçalves Dias: o poeta na contramão*. São Carlos: EdUFSCar, 2010.
- RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação o Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Imaginar é difícil (porém necessário), prefácio. In: ANDERSEN, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. *Estudos CEBRAP*, n. 3, p. 150-161, jan. 1973.